

O papel da China na governança e desenvolvimento mundial: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como alternativa ao Banco Mundial.

The role of China in the world's governance and development: the Asian Infrastructure Investment Bank as an alternative to the World Bank.

Guilherme Rodolfo Silva*

Resumo

A cooperação internacional é parte fundamental da estabilidade e governança global atual, e o compromisso dos atores internacionais com estes processos é cada vez mais necessário. Com crescente importância nas relações econômicas e políticas internacionais, a China tem se mostrado empenhada no papel de propiciar a governança e desenvolvimento econômico global por diversas ferramentas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), criado para prover e facilitar o desenvolvimento internacional através de infraestrutura. É preciso saber se estas ações são voltadas para o crescimento econômico internacional ou são apenas ações para consolidação do poder chinês no Sistema Internacional e neste artigo é tratado sobre o papel da China neste cenário atual e se o AIIB pode ser uma alternativa ao Banco Mundial.

Palavras-chave: Governança. Cooperação. Desenvolvimento. Multilateralismo. China. AIIB.

Abstract

International cooperation is a fundamental part of the current stability and global governance, and the commitment of international actors to these processes has become even more necessary. With growing importance in international economic and political relations, China has progressively shown commitment to the role of governance and global economic development through many tools, such as the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), created to provide and facilitate international development through infrastructure. It is important to know if these actions are motivated towards international economic growth or are just actions to consolidate Chinese power in the International System and this article is about the role of China in this current scenario and whether the AIIB can be an alternative to the World Bank.

Keywords: Governance. Cooperation. Development. Multilateralism. China. AIIB.

* Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: guilherme.rodolfo@outlook.com

Introdução

O estabelecimento de instituições econômicas no Sistema Internacional permite a melhor interação e cooperação entre os Estados, e a governança global, neste sentido, é coordenada pelos interesses dos atores mais envolvidos e que têm maior participação nas interações econômicas (KEOHANE, 2005). Considerando que a governança global é um movimento de cooperação política entre atores transnacionais, com o objetivo de negociar respostas a problemas que afetam mais de um Estado ou região (ROSENAU, 1992) a maior participação chinesa no cenário econômico resulta no rearranjo da coordenação da governança global.

Considerando esta relação, é preciso saber como a ação e compromisso de uma potência emergente poderosa como a China atua neste cenário. A criação do Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB), com funções similares do já existente Banco Mundial (BM), uma instituição já consolidada no Sistema Internacional, pode ser considerada um exemplo das intenções chinesa no contexto da governança global atual, tratado neste artigo.

Sendo assim, neste artigo, em um primeiro momento serão discutidos os conceitos de governança a partir da perspectiva de Rosenau (1992); cooperação dentro do sistema internacional a partir dos conceitos elaborados por Keohane (2005); e demais conceitos que estão ligados a esses termos - alguns como, multilateralismo, o novo multilateralismo e o papel das instituições internacionais para a estabilidade do sistema. A definição e caracterização de todos esses conceitos são necessárias para se entender como a criação de novos bancos de desenvolvimento econômico poderia influenciar a coordenação da governança global.

Após isso, será tratada a relação entre governança e desenvolvimento econômico no Sistema Internacional, sendo abordado essencialmente a questão da caracterização do conceito de “desenvolvimento econômico” definida pelo Banco Mundial de acordo com Lichtensztein e Baer (1987). Para este fim, será tratada a questão da criação do Banco Mundial (BM), que foi criado com a finalidade de estabilização do sistema econômico internacional, devido aos problemas gerados pela falta de coordenação econômica entre os Estados. Após a criação destas agências, segundo Lichtensztein e Baer (1987), o conceito de desenvolvimento econômico tomou um novo rumo no âmbito internacional.

Após isto, é mostrado seus objetivos enquanto instituição e como se mudou ao longo dos anos. A instituição foi criada com o objetivo de reconstrução e estabilização da Europa, após a Segunda Guerra Mundial. O BM atuava como prestador aos países europeus, através de juros baixos, destinados a projetos de infraestrutura. Posteriormente, quando a Europa já não necessitava dessa ajuda mais, os objetivos do BM começaram a mudar e tomaram o rumo com o objetivo ao combate à pobreza. É tratado também as críticas referentes à essa mudança de objetivos através da ótica de um dos ex-diretores do BM e também do autor Goodman (2006).

É apresentado também a atuação da China no fomento e desenvolvimento econômico mundial, tratando dos fatores necessários de cooperação internacional para que a China atinja seu objetivo de, até 2030, eliminar totalmente a pobreza do mundo. Para que tal objetivo seja alcançado, há uma extensa discussão acerca de como se deve chegar a esse fim específico e para isso existe um grande interesse chinês de uma múltipla cooperação, em grandes áreas e de diversos atores e também uma discussão sobre a ajuda para os países pobres à partir de doações e sua eficácia, como também de uma aprendizagem conjunta dos atores diante do problema.

Acerca do Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático, iremos destacar, assim como no caso do Banco Mundial, como se deu a criação deste banco, seus objetivos e como se desenvolveu até o presente momento. Por ser uma instituição criada em 2016, não há um desenvolvimento histórico e uma mudança de escopo assim como no caso do Banco Mundial, mas o banco já nasceu com a proposta de ser um fundo financeiro internacional direcionado ao investimento em infraestrutura nos países periféricos. Por ser uma criação recente, já foram apontadas algumas críticas em relação à instituição, que será abordada na subseção deste capítulo.

Por fim, durante as considerações finais haverá uma breve comparação entre o Banco Mundial e o Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático a fim de tentar compreender este esforço de multilateralização das relações chinesas, na qual há uma discussão de como a criação do AIIB, e projetos similares, influenciam a coordenação da governança global atual. Além disso discute-se sobre as atuações chinesas quanto à governança e estabilidade do Sistema Internacional.

Governança, cooperação e desenvolvimento econômico no Sistema Internacional

A cooperação no Sistema Internacional tem sido um objetivo complexo de ser atingido. Durante anos a natureza anárquica do sistema tem sido compreendida pelos teóricos de RI como um entrave à relação entre os Estados, e Waltz (2002) define a anarquia “no sentido de que falta a autoridade de um governo que possa promulgar e sancionar regras para o comportamento dos Estados. Determina que o ator dependa de si para obter meios a fim de gerar arranjos e resultados no sistema” (WALTZ, 2002, p. 12). Esse cenário implica na desconfiança entre os atores a ponto de resultar na emergência de um conflito, e ainda assim, é através da divergência e competitividade por interesses que a cooperação é possibilitada. A divergência de interesses entre atores estimula a negociação entre as partes de maneira a evitar os custos do conflito e propiciar a distribuição dos ganhos entre os Estados.

Os acordos resultantes são afetados pela lógica de ação, as estratégias são traçadas a partir dos custos envolvidos nas negociações. Um fator que torna a relação entre as partes complexa, é a interdependência vigente na coordenação das tomadas de decisão do Estado, pois o número de arenas de negociação aumentam, assim como, as possibilidades destes ganhos. A interdependência entre os atores é também um dos fatores que permeia e incentiva as relações de cooperação, é “definida pela mútua dependência, em política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre os países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE; NYE, 2012, p. 7, tradução nossa)². Helen Milner (1997) organiza o conceito de cooperação de maneira esclarecer a motivação da associação entre os atores, e as razões para sua durabilidade, sendo:

a cooperação entre as nações é um tipo específico de troca. Envolve o ajuste das políticas de um estado em troca, da antecipação, (ou) do ajuste das políticas de outros estados para que ambos sejam beneficiados. O intercâmbio refere-se à adaptação mútua entre as políticas das nações, mais do que ao foco dos economistas nos bens e serviços. Essa concepção de cooperação como troca está

2. Interdependence, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 7)

subjacente a grande parte da literatura sobre relações internacionais. (MILNER, 1997, p. 7-8, tradução nossa)³.

O conceito de governança no Sistema surge das inferências sobre a coordenação do comportamento dos Estados sob a anarquia. A palavra governança, comumente associada à governo, não necessariamente tem associação com uma autoridade central e segundo Rosenau (1992) a governança é relacionado à coordenação das atividades vigentes do Sistema Internacional, onde a ordem existente, mesmo com as complexidades das relações, cria condições para a diminuição do uso da força dos atores, estabelecendo assim, padrões e tendências comportamentais entre os atores. Da governança derivam mecanismos funcionais para evitar conflitos entre seus membros ou até mesmo para evitar a formação de facções, para adquirir recursos necessários a preservação do sistema, para projetar metas e políticas para alcançar.

A construção de Instituições e Organizações Internacionais surgem para viabilizar esse tipo de interação no sistema designadas para ajudar a fomentar a coordenação entre os atores e são encarregadas de prover meios para realizar as necessidades derivadas da governança. De acordo com Keohane (2005) a cooperação entre os Estados é possível, uma vez que a criação de instituições permite a alteração da dinâmica de resultados das negociações que não é baseada na possibilidade de obtenção de ganhos relativos para ambas as partes, a teoria institucionalista permite um ponto de vista positivo quanto a interação entre as partes sob a influência da anarquia do sistema.

O papel das Organizações Internacionais (OIs), sejam elas governamentais, ou não, é amplamente debatido no campo das Relações internacionais pelos diversos teóricos, havendo desacordo de quanto impacto tais atores podem gerar no SI, e alterar a ordem vigente. Para autores institucionalistas como Keohane (2005), o estabelecimento de mecanismos de cooperação internacional (como as OIs) facilita as negociações, pois, mesmo quando o ator não alcança seu interesse integralmente, ainda pode obter ganhos que não teria acesso caso optasse por não cooperar. Ou seja, o ator inserido nesta

3. Cooperation among nations is a specific type of exchange. It involves the adjustment of one state's policies in return for, or anticipation of, the adjustment of other states' policies so that both end up better off. Exchange here refers to the mutual accommodation of nations' policies rather than to the economists' focus on goods and services. this conception of cooperation as exchange underlies much of the literature on international relations. (MILNER, 1997, p. 7-8)

dinâmica de cooperação com instituições teria ganhos relativos, ao invés de nenhum ganho pois a “[...] cooperação pode, sob certas condições, se desenvolver na base de interesses complementares, e instituições pré-estabelecidas, podem afetar os padrões de cooperação emergentes” (KEOHANE, 2005, p. 9, tradução nossa)⁴.

Os interesses econômicos dos Estados ainda tem sido um forte fator que gera conflitos no Sistema Internacional são variáveis que interferem na negociação de diversas temáticas, dadas as condições dos problemas de distribuição dos ganhos, de *enforcement* e incerteza em um sistema anárquico (WALTZ, 2002). A falta de coordenação econômica gerou relações interestatais conturbadas, como exemplos a competição por acumulação de metal, protecionismo de mercado e guerras de desvalorizações cambiais que dificultavam o estabelecimento do comércio internacional e provocava ciclos recessivos constantes entre os Estados. As duas grandes guerras geraram consequências catastróficas em diversos países, os problemas de coordenação econômica que agravaram o quadro conjuntural durante e após as guerras mundiais, resultaram na criação de três grandes mecanismos de governança econômica, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

A criação destes mecanismos visava fornecer estabilidade no sistema e apoio na reconstrução dos Estados destruídos, juntamente a transformação sistêmica levaram a evolução da concepção de desenvolvimento econômico. Segundo Luiz Carlos Bresser (2008) o conceito de desenvolvimento econômico envolve a resultante entre acumulação de capital e progresso técnico ao trabalho e do capital, que resultaria na maior produtividade, consequentemente gerando um aumento na renda e no padrão de vida da população, ou seja, envolve mais do que apenas o crescimento econômico, é preciso que haja distribuição das rendas.

O conceito de desenvolvimento econômico abordado pelo Banco Mundial atualmente considera o crescimento econômico alinhado à diminuição das desigualdades sociais, da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e do combate à pobreza (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987). As metas e políticas de desenvolvimento estabelecidas, tanto no FMI como no BM, são traçadas com

4. cooperation can under some conditions develop on the basis of complementary interests, and that institutions, broadly defined, affect the patterns of cooperation that emerge. (KEOHANE, 2005, p. 9)

o objetivo de difusão mundial, e a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1948, manifesta esse interesse. A OCDE deveria ajudar os países ‘subdesenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’ a entender o processo de desenvolvimento econômico e criar um auxílio para estes países, que poderia ser feito através de doações, investimentos e/ou empréstimos. A OCDE define Assistência de Desenvolvimento Oficial (ODA) como:

os fluxos para países e territórios associados a organização e para as instituições multilaterais que são fornecidos por agências oficiais, incluindo governos estaduais e locais, ou por suas agências executivas; assim como, cada transação a qual: a. é administrada com o objetivo da promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos países em desenvolvimento como seu principal objetivo; e b. têm caráter de concessão e transmite um elemento de subvenção de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%) (OECD, 2017).

Segundo Justin Yifu Lin e Yan Wang (2017) o modelo tradicional (como a OECD) de organizações de cooperação, ajuda e comércio não produz mudanças profundas no desenvolvimento econômico das nações, e apenas a concessão de créditos não seria suficiente para fomentar desenvolvimento, pois ele não garante que o investimento seja direcionado para as áreas de infraestrutura, mas o investimento nesta área seria crucial para o que ocorra o repasse de bem estar para os habitantes, a concessão de investimentos em infraestrutura e a exportação de créditos ficam fora da definição da ODA. Os autores também criticam os modelos de desenvolvimento econômico tradicionais, pois, na prática estes modelos resultam no agravamento das desigualdades e acabam por criar vínculos de dependência em países subdesenvolvidos. Tanto as reformas liberalizantes guiadas pelo Consenso de Washington e a criação dos mecanismos de governança criados - como o FMI e o BM - que apenas concedem empréstimos mediante a adoção das condicionalidades políticas para o ajuste estrutural das economias que necessitam, não seriam necessariamente eficazes para propiciar o crescimento econômico de diminuir a pobreza (YIFU LIN; WANG, 2017).

O Banco Mundial

O Banco Mundial foi criado em 1944 no contexto de fim da Segunda Grande Guerra, como uma das Instituições de Bretton Woods, para reconstrução e estabilização da Europa e sua economia.

O Banco de Investimento para Reconstrução e Desenvolvimento foi o desenho original inicial para esse fim, com o objetivo de evitar os problemas econômicos e sociais decorrentes da guerra, assim como houveram no entre guerras, como exemplo a crise de hiperinflação na Alemanha, usado como combustível para o levante nazista. A criação do BM visava através da reforma e/ou criação de infraestrutura nos países destruídos, para que a partir da infraestrutura presente fosse possível a iniciativa privada atuar. Com o Investimento Direto haveria criação de empregos, que influenciaria o consumo, gerando maior demanda, conseqüentemente abrindo espaço para um aumento da produção, ou seja, ampliando o ciclo produtivo. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987).

A ideia inicial para a ação do Banco Mundial se daria através de empréstimo de baixíssimos juros a projetos relacionados à infraestrutura, seja no setor energético com geração, transmissão e distribuição de energia; nos meios de transporte, seja em criação de rodovias, pontes, metrô; sempre no sentido de dar capacidade a uma região de receber a iniciativa privada, fazendo o papel que os Estados no pós-guerra não teriam condições de arcar imediatamente. Com o aumento da produção haveria também um fortalecimento da capacidade de ação do Estado, visto que haveria uma criação de empregos e consumo, possibilitando a arrecadação de impostos de maneira que não atrapalhe o desenvolvimento econômico (LICHTENSZTEJN; BAER, 1978).

Com um planejamento de ação inicialmente na Europa, durante suas mudanças internas o Banco Mundial passa a agir em outros continentes, e de maneira mais multilateralizada que inicialmente. Com o passar do tempo, o escopo de atuação do BM alterou-se de maneira considerável, dessa lógica de reconstrução até a lógica adotada atualmente de combate à pobreza (BANCO MUNDIAL, 2017a), onde nessa evolução até mesmo o conceito de pobreza se altera, levando não apenas o lado monetário como fator principal (em exemplo a linha da extrema pobreza), mas também levando em consideração fatores básicos para uma vida digna (KONKEL, 2014).

É possível também fazer um paralelo entre o escopo de atuação do BM e o conceito de desenvolvimento pelas diferentes gerações de economistas, que considerável o desenvolvimento na década de 60 como essencialmente industrializante como um caminho único para obtenção de uma melhor capacidade produtiva e com maior bem estar social, mas já nas próximas décadas começam a

entender o desenvolvimento com outras variáveis, como a capacidade rural de produção, o acesso básico à educação, o investimento na ciência, a disparidade de renda, equidade de gêneros, e outros fatores (MEIER, 2001), ou seja, levando em conta a possibilidade do indivíduo de desenvolver ao máximo suas capacidades, não apenas produtivas, mas também cognitivas e culturais.

Críticas ao Banco Mundial

Existem diversas críticas quanto à eficácia e a eficiência do Banco Mundial, críticas essas feitas por outras instituições, economistas divergentes das práticas adotadas pela organização, e até por *insiders* e ex-funcionários de altos cargos.

Como exemplo destes críticos, o economista Joseph Stiglitz, ex-presidente do BM, que teve grande parte de sua carreira dentro da organização. Uma das críticas mais fortes do economista é de que tanto o Banco Mundial quanto o Fundo Monetário Internacional seguem um modelo neoliberal que faz com que tais instituições não foquem em criação de trabalhos, mas sim na destruição destes, visto que enfatizam a todo momento a importância da flexibilização do mercado de trabalho, afetando diretamente a vida dos trabalhadores (STIGLITZ, 2011).

Durante o mandato da presidência do BM de Joseph Stiglitz e de seu antecessor James Wolfensohn, o combate à corrupção foi fortemente implementado na agenda da organização, isso, pois deveria ser assegurado que o dinheiro que os investimentos feitos deveriam chegar ao seu destino final, e o combate à corrupção em si deveria ser parte do objetivo final do mesmo, pois criaria condições para o desenvolvimento e eliminação da pobreza. Segundo Stiglitz (2006), a corrupção a ser combatida aparece de diversas maneiras, e deveria ser combatida como um problema político. Este problema aparece tanto em tempos de eleição (com a compra de favores e apoios), nas relações políticas (como exemplo na utilização de lobby para privatizações sem concorrência), como também nas relações entre as empresas, pois se existe um lado recebendo propina é implícito que outro lado a pagou. O Banco Mundial então deveria, além de utilizar dos sermões e cartas contra a corrupção, criar políticas, procedimentos e instituições para acabar com essa desvirtuação, e os países desenvolvidos deveriam também participar nesse combate. Mas este foco no combate à corrupção sofreu críticas de alguns

economistas, não necessariamente por serem “à favor da corrupção”, mas que tal processo poderia ser usado para diminuir a ação do banco em países com histórico de corrupção, fazendo com que a discussão não avançasse (STIGLITZ, 2006). Stiglitz (2011) entende que há falhas a serem corrigidas, e é sim necessária uma reforma na atuação destas instituições, mas não necessariamente o fim delas seria positivo ao Sistema Internacional (STIGLITZ, 2011).

Também há críticas quanto à sua efetividade, como de que a organização tem falhado em seu principal objetivo: a diminuição e erradicação da pobreza. Mesmo que seus dados mostrem que de 1990 a 2002 a porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza⁵ tenha baixado de 28% para 19%, não necessariamente foi graças às políticas do BM, pois em maioria, os números condizem com indivíduos que saíram da linha da pobreza na China, esta que negou grande parte das políticas indicadas pelo órgão (GOODMAN, 2006). O Banco também tem falhado em programar políticas desenvolvimentistas relacionadas aos indivíduos pobres em zona rural, pois muitos dos resultados esperados neste tipo de investimento não tiveram o retorno esperado pelo nível de investimento realizado. (GOODMAN, 2006).

A atuação da China no fomento do desenvolvimento econômico mundial

Desde a década de 70 com as reformas político-econômicas da China resultaram na expansão econômica que consagrou o país como uma economia de mercado, registrou e padrões exorbitantes de crescimento, além de tirar cerca de 753 milhões de pessoas (apenas em âmbito interno) da linha da pobreza (o conceito de pobreza varia como será discutido mais à diante), e mantêm um compromisso firme de eliminar totalmente a pobreza até o ano de 2030. Para que isto ocorra é preciso que a cooperação internacional faça seu papel, como discute Justin Yifu Lin e Yan Wang (2017), e tal cooperação não pode ser feita apenas por meio da doação. Os autores propõem um modelo de *Joint Learning* (Aprendizagem Conjunta),

5. A linha da pobreza para o Banco Mundial é entendida como 1 US\$/dia até 2006, sendo atualizada para 1,25US\$/dia em 2008, e 1,90US\$/dia em outubro de 2015, vigente até hoje. A informação corrente foi retirada de um artigo de 2006, logo a definição de linha da pobreza era de 1US\$/dia. O valor da linha foi redefinida pelo BM devido as diferenças do custo de vida durante os anos. (BANCO MUNDIAL, 2015)

onde os países com menores índices de desenvolvimento econômico tomam lições dos países que tiveram desenvolvimentos similares, mas sem deixar de lado suas diferenças intrínsecas, como diferenças produtivas, históricas e sociais, pois tais diferenças são empíricas e não há um desenvolvimento de modo totalmente parecidos.

No escopo dos dez pontos de política externa chinesa é possível destacar os pontos que refletem os interesses chineses em difundir a cooperação no sistema, a fim de gerar condições de bem-estar para os Estados em menor nível de desenvolvimento e impulsionar o progresso mundial. Desta forma, o modelo de cooperação proposto pelos chineses destacado pelos autores Yifu Lin e Wang (2017), está baseado na experiência de desenvolvimento econômico vivido pelos chineses e os compromissos assumidos com sua política externa. Os autores discutem a eficácia e eficiência das doações como propiciadores de desenvolvimento, onde na maioria dos países não têm o impacto esperado pelo nível de gastos, e fazendo com que em alguns casos os países ajudados criem dependências, isso porque tais doações não criam transformações estruturais. Também se comenta a importância da cooperação sul-sul, que faz com que os países em processo de desenvolvimento econômico possam focar em suas vantagens comparativas com uma melhor alocação de seus meios produtivos, como nos modelos Ricardiano e Heckscher-Ohlin (YIFU LIN; WANG, 2017).

O modelo de desenvolvimento chinês foi adequado à realidade dos países de terceiro mundo e simboliza uma nova alternativa às condicionalidades à cooperação proposta pelas potências internacionais. Os principais pontos da política externa chinesa apontam como o país se propõe a transformar o sistema, segundo Chen Duqing (1990) o posicionamento político do país é de interesse a ir contra o hegemonismo e que a prosperidade econômica deveria ser conjunta. Além disso, a China se entende e se coloca como um país em desenvolvimento, e sendo assim, deveria criar condições para que ela se desenvolvesse junto aos outros países, e a cooperação seria essencial neste processo. O país em sua política externa se define firmemente contra a exploração dos países pobres pelos ricos e que as políticas internacionais deveria fazer uma “distinção do justo e do injusto baseado na determinação se ele favorece ou não a salvaguarda da paz mundial, o desenvolvimento da cooperação amistosa entre os países e a promoção da economia mundial” (DUQING, 1990, p. 3).

Assim os interesses chineses estão consagrados nas definições de política externa do país e o direcionamento do investimento chinês para África, América do sul e Ásia, confirma as ações direcionadas pelo interesse dos países, como apresentado no livro “Going Beyond Aid” de Yufu Lin e Wang (2017). É importante acrescentar que o envolvimento das organizações não governamentais, da sociedade civil, e também da comunidade de países em desenvolvimento atuam para a construção de um “novo multilateralismo”, que conseqüentemente ameniza a influência das grandes potências, pois assim as economias em desenvolvimento podem levar novas propostas que consideram fatores sociais e ambientais, de criar consciência nestes da gestão dos riscos existentes, além de trazer uma nova energia e competição a essa ideia de desenvolvimento (YIFU LIN; WANG, 2017).

A República Popular da China vem apresentando atualmente, principalmente após novembro de 2013 com anúncios do presidente Xi Jinping do compromisso da China em apoiar o desenvolvimento do mundo e da erradicação da pobreza, um interesse avisado de múltipla cooperação, com um escopo grande de áreas e atores, para criação e estabilização de novas práticas multilaterais, usando diversas formas de ação (YIFU LIN; WANG, 2017). Como conhecido, a China é um país de existência milenar, com proporções relativamente superiores a todos os países do Sistema Internacional, seja por sua população, geografia, história, e/ou economia, que nos últimos anos vem crescendo a taxas contínuas e altas, e se esse esforço de multilateralização for seguido, é possível que existam ganhos para todos os envolvidos nesse esforço.

Esses diferentes esforços podem ser apresentados em ações como a criação da “Nova Rota da Seda”, o chamado “*One Belt, One Road*”, que ligará uma grande parte da Ásia com a Europa, o que substancialmente trará benefícios diretos durante e após sua construção, diminuindo custos do comércio internacional (YIFU LIN; WANG, 2017); além de outras ações, como o fortalecimento de grupos de países em desenvolvimento, como o BRICS⁶ e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento⁷ e da criação do Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático, argumento principal do artigo.

6. Grupo de países emergentes compostos por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

7. Também conhecido como Banco do BRICS, na qual os países integrantes do BRICS assinaram em 2014, no 6o encontro dos BRICS, em Fortaleza a criação de um banco com capital autorizado de 100 bilhões de dólares, para fomento de um desenvolvimento multilateral de todo o mundo. (NEW DEVELOPMENT BANK, 2017).

O Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático

“Em 2016, quando o mundo sofreu um grande retrocesso em relação à globalização e o multilateralismo, um novo banco multilateral, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura foi lançado para mostrar que o poder efetivo da colaboração pode se manifestar contra tal momento. A onda de apoio de seus membros fundadores mostra que a cooperação internacional para propiciar crescimento socioeconômico ainda é abraçado por muitas nações.” Jin Liqun, presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016a, tradução nossa⁸)

O *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) nasceu em 2016 com a proposta de ser um fundo financeiro internacional direcionado ao investimento em infraestrutura principalmente em países asiáticos e da periferia do Sistema Internacional, a partir de uma proposta estabelecida pelo governo Chinês. O investimento cedido, segundo a organização, deve ser feito de acordo com as diretrizes de responsabilidade do banco, ancorados na ideia de “*Lean, Green and Clean*”, onde os investimentos devem ser eficazes e eficientes, sem desperdício de dinheiro e com a maximização dos ganhos dessa nova infraestrutura (*lean*), a transparência, responsabilidade e ética são imprescindíveis na realização do projeto, tanto do tomador quando da OI (*clean*), além de os projetos serem majoritariamente à longo prazo de baixa-emissão de carbono (*green*). O projeto se inicia com um capital inicial de US\$100 bilhões, onde 75% do capital deveria ser fornecida por países signatários da região asiática. (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016a)

O objetivo final dos projetos realizados em conjunto com a AIIB é impactar positivamente o desenvolvimento dos países com a criação e reforma das infraestruturas aprovadas pelos países membros, e em conjunto com a iniciativa privada prover uma alternativa sustentável e acessível para que tais construções ocorram, sendo assim seria possível que novas alternativas produtivas se instalassem onde as novas infraestruturas são criadas, estas em sua maioria sendo para transporte e energia, essenciais para a atividade produtiva, além da matriz ener-

8. In 2016, as the world faced a backlash against globalisation and multilateralism, a new multilateral bank, the Asian Infrastructure Investment Bank, was launched to show how the power of effective collaboration can manifest itself most remarkably against such a landscape. The groundswell of support from its founding members shows that international cooperation to promote broad-based economic and social development is still embraced by many nations. Infraestrutura

gética buscada ser renovável, de acordo com a ética da Organização. (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016a)

Com a fundação por parte de 57 Estados membros ao AIIB, incluindo países pertencentes à União Europeia, e de *players* importantes na Ásia (como a Coreia do Sul), e América Latina (como o Brasil), e com 87 estados membros atualmente (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2018b), é em certa instância possível afirmar que esse novo Banco seja um marco do novo multilateralismo observado no campo das Relações Internacionais. O papel da China no AIIB é fundamental, tanto com fatores financeiros, pela iniciativa fundante, quanto por mostrar uma “mudança majoritária no desenvolvimento chinês de cooperação bilateral para uma cooperação mais multilateral” (YIFU LIN; WANG, 2017, p. 7).

A ação do AIIB é baseada na cooperação internacional, e tem também como objetivo a cooperação com outros bancos de desenvolvimento, e assinou termos de co-financiamento de projetos com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo de Desenvolvimento Africano, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da Eurásia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Novo Banco do Desenvolvimento (Banco do BRICS) (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2018b).

Segundo os Artigos do Acordo do AIIB, o banco irá

fornece ou facilitar o financiamento a qualquer membro, ou qualquer agência, instrumento ou sua subdivisão política, ou qualquer entidade ou empresa que opere no território de um membro, bem como a agências internacionais ou regionais ou entidades interessadas no desenvolvimento econômico da região da Ásia. Além disso, os artigos do acordo permitem que o Banco forneça financiamento de várias formas, incluindo, entre outras coisas, empréstimos, investimentos no capital acionário de uma empresa e garantia, como devedor primário ou secundário, no todo ou em parte, empréstimos para o desenvolvimento econômico. Além disso, o Banco poderá subscrever ou participar da subscrição de valores mobiliários emitidos por qualquer entidade ou empresa para fins consistentes com o seu propósito”. (Artigo 3.1.4. AIIB, 2016b, p. 3, tradução nossa).⁹

9. Provide or facilitate financing to any member, or any agency, instrumentality or political subdivision thereof, or any entity or enterprise operating in the territory of a member, as well as to international or regional agencies or entities concerned with economic development of the Asia region. Furthermore, the AOA permits the Bank to provide financing in a variety of ways, including, inter alia, making loans, investing in the equity capital of an enterprise, and guaranteeing, whether as primary or secondary obligor, in whole or in part, loans for economic development. In addition, the Bank may underwrite, or participate in the underwriting of, securities issued by any entity or enterprise for purposes consistent with its purpose. (Artigo 3.1.4. AIIB, 2016b, p. 3)

Os primeiros 4 projetos foram aprovados em 2016, sendo 3 desses com co-financiamento de outras instituições, sendo estes: um projeto de um upgrade de sistema de distribuição de energia em Bangladesh (\$165 mi); um projeto nacional de criação de infraestruturas em favelas na Indonésia, com co-financiamento do BM (\$215 mi); financiamento da Rodovia Nacional (seção Shorkot-Khanewal) no Paquistão, com co-financiamento do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (\$100 mi); e um projeto para melhoria da Rodovia da borda Dushanbe-Uzbekistan, no Tajiquistão, com co-financiamento do Banco Europeu para Reconstrução e desenvolvimento (\$ 27,5 mi) (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2016c). Até o final de outubro de 2018 foram aprovados 32 projetos, em sua maioria na Ásia.

Críticas ao AIIB e desafios

A criação do Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático não teve necessariamente aprovação de todos os atores do Sistema Internacional, sendo possível observar isso em não adesões, desconfiança e ameaças de boicote.

Uma das maiores diferenças entre o AIIB e o BM pode ser configurada na não-adesão do Estados Unidos da América (EUA) como membro signatário desse primeiro, o que gera discussões sobre a força institucional da organização. Além da não participação, os EUA atacaram firmemente a entrada imediata do Reino Unido no banco, afirmando que:

grandes economias podem influenciar mais apenas ficando por fora e tentando moldar os padrões dotados do que entrando em um tempo de que não há certeza se a China terá um poder de veto”
Oficial Sênior do Governo Americano ao Financial Times (DYER; PARKER, 2015, tradução nossa).¹⁰

Segundo o Governo Americano (ainda sob a gestão Obama), o país não seria contra o novo banco, mas seria preocupante a maneira em que a China estava se projetando no Sistema Internacional e não deveria ser desafiando a lógica e instituições vigentes que a potência emergente deveria se posicionar (DYER; PARKER, 2015).

10. Large economies can have more influence by staying on the outside and trying to shape the standards it adopts than by getting on the inside at a time when they can have no confidence that China will not retain veto powers.

A União Europeia emitiu um estudo sobre o AIIB em abril de 2015 em que analisa a proposta do novo banco e seus possíveis desdobramentos políticos. Dentre os países da UE, 14 dele aderiram às propostas da AIIB, sendo estes a Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polônia, Portugal, Espanha, Suécia, e o Reino Unido¹¹. É importante frisar que tais países entraram por motivos individuais, como afirmação da sua individualidade da política externa e afirmação do compromisso com o desenvolvimento econômico internacional, e não necessariamente coordenados pela União Europeia. A *European Political Strategy Center* (EPSC) explica que essa nova alternativa pode sim ter suas raízes no propiciamento do desenvolvimento global moderno, mas é inegável que tal projeto tenha também objetivos geopolíticos e geoestratégicos, sendo parte de uma gama de programas para ostensibilidade da economia chinesa, como a Nova Rota da Seda e o Banco dos BRICS, e a União então deveria estar ciente desses passos e desenvolvimentos para saber que uma política de “boa governança” tem sido seguida (EPSC, 2015). A União Europeia deixa claro que não deve compactuar e propiciar com um modelo onde a ajuda da China e das iniciativas como a AIIB sejam preferidas pelos países em desenvolvimento ao invés do Banco Mundial, pois isto poderia ser parte dos interesses unilaterais da China (EPSC, 2015).

A AIIB também pode sofrer por deserções e não cooperação de alguns países que decidam não seguir seus compromissos, como por exemplo o Brasil que decidiu diminuir consideravelmente as cotas de sua participação no banco, que firmado em 2015 que seriam de 32 mil ações totalizando US\$ 3 bilhões, para apenas 50 ações, devido às políticas do novo governo brasileiro, diferente do que firmou a participação inicial. Isso pode ser um desafio pois alguns países ainda não ratificaram e pagaram por sua participação no banco (ESTADO DE MINAS, 2017). Tal ação terá seus desdobramentos e consequências com a concretização, ou não, do AIIB. O Brasil é um dos sete países que assinaram o tratado, mas não o ratificou, entre eles: Iran, Kuwait, Malásia, Portugal, Espanha e Sri Lanka (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2018a)

11. Na data em que o Reino Unido aderiu ao AIIB ainda não havia sido realizado o referendo de sua saída da UE, em 23 de junho de 2016, processo entendido como BREXIT.

Considerações finais

Ao longo do artigo, é perceptível que muitas características são compartilhadas entre o Banco Mundial e o Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura, como exemplo a importância da erradicação da pobreza para o desenvolvimento do mundo como o todo. Mesmo que haja diferença de 70 anos da data de seus inícios, os dois bancos enfrentam vários desafios semelhantes, como o combate a corrupção, que é entendido por essas organizações como totalmente nociva ao desenvolvimento de economias, com argumentos semelhantes sobre tal, como a prejudicialidade do desvio de verbas que faz com que os investimentos não tenham nenhum retorno positivo, agravando a situação do país.

Há também divergências entre o BM e a AIIB, como exemplo, o contexto em que foram criados, sendo o primeiro criado em um mundo pós-segunda guerra, onde grande parte dos países que participaram saíram destruídos e sem perspectiva de uma reconstrução rápida, sendo tal organização planejada racionalmente por um conjunto de países no Acordo de Bretton Woods, pensando a longo prazo em obter uma paz sistêmica (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987); e o segundo em um mundo com relativa estabilidade sistêmica e com uma taxa de crescimento econômico mundial positiva, onde o país de onde saiu a iniciativa para a criação de tal apresenta uma parcela significativa deste crescimento, direta e indiretamente (BANCO MUNDIAL, 2017b).

Além disso, é importante salientar que grande parte das diferenças teóricas destas instituições são devidas às reformas do Banco Mundial na gestão McNamara (de 1968 a 1981). Neste momento a instituição amplia seu conceito de desenvolvimento além de apenas o desenvolvimento do PIB, na qual o BM deveria influenciar o país receptor do empréstimo a adotar medidas liberais para reformar todos os seus setores (como a indústria e agricultura) o que diminuiria a pobreza e assim geraria desenvolvimento (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987). Em contraponto, o modelo chinês de desenvolvimento é menos atrelado a um 'pacote pronto de medidas a serem tomadas', e leva em conta as especificidades materiais, sociais e históricas do país que procura se desenvolver e como as relações de cooperação sul-sul abrange essas especificidades (YIFU LIN; WANG, 2017).

É preciso também considerar que a diferença do tempo de criação dá ao Banco Mundial maior participação atual nas relações internacionais: o banco possui recursos atuais maiores que o seu

semelhante asiático; possui um grande banco de dados disponível ao público, dados estes que de certa maneira ajudam a diminuir as incertezas e a assimetria de informações no sistema; é mais estável devido ao seu reconhecimento pela comunidade epistêmica, onde economistas que tiveram sua trajetória no banco têm prestígio reconhecido; é entendido como fonte confiável de estudos; além de uma densa atuação no mundo inteiro.

Mesmo que o Banco Mundial apresente relativas maiores capacidades de atuação no momento, o AIIB atraiu olhares de diversos países que aderiram ao seu projeto, o que deixa abertura a várias dúvidas do motivo destas adesões. Seria o AIIB uma forma de substituição do Banco Mundial com as adaptações necessárias para a erradicação da pobreza, ou apenas uma alternativa complementar para o desenvolvimento global? A AIIB é um projeto de estabilidade econômica global ou uma ferramenta de poder chinesa para o domínio político das economias em desenvolvimento?

Diversas ações tomadas pelo AIIB, como as assinaturas de Acordos de co-financiamento de projetos, reforçam sua obrigação com o desenvolvimento, dando um pouco mais de certeza o compromisso com a estabilidade sistema atual. Além disso, a aceitação dos outros bancos em assinar acordos com o AIIB o legitima no cenário internacional, e até mesmo empresas privadas de rating, atestam a confiança e estabilidade do banco, como o status AAA conferido ao AIIB pela FITCH (FITCH, 2017). O AIIB então pode servir como alternativa e complemento às outras instituições voltadas para o desenvolvimento, como o Banco Mundial, e não precisa (e nem se posiciona) como um substituto destas.

A participação dos países asiáticos se dá tanto pelas relações econômicas destes quanto pelas articulações políticas, além de introduzir novos atores ao Sistema Internacional, como o BRICS e o Banco dos BRICS, e tais novos atores têm de provar partir de sua ação se são inovações dentro do sistema ao atingirem seus objetivos principais, ou se são apenas reformulações de Organizações Internacionais já existentes, logo o AIIB deve então, através de seus projetos de desenvolvimento, provar se é realmente eficiente.

No contexto atual é altamente arriscado fazer suposições quanto ao futuro da estabilidade econômica global, por fatores como exemplo a saída do Reino Unido da União Europeia, e a Política Externa adotada pelo governo Trump nos Estados Unidos, que em sua campanha defendeu um protecionismo econômico por parte dos EUA.

A China vem reforçando seu compromisso perante à governança e estabilidade do SI. Além da criação de novas Instituições como os bancos de desenvolvimento, há também um movimento de manutenção dos compromissos da estrutura vigente, como seu compromisso conjunto com a União Europeia de fortalecer o Acordo de Paris após o anúncio da saída dos EUA do Tratado (THE GUARDIAN, 2017). As novas políticas de comércio exterior estadunidenses também são novas preocupações quanto à estabilidade do modelo econômico mundial, principalmente por tais novas tarifas estarem voltadas em sua maioria para a China, deixando dúvidas quanto ao real compromisso dos EUA.

O esforço de se projetar de maneira internacional favoravelmente ao desenvolvimento socioeconômico dos países periféricos, e fazer esta projeção de forma multilateralizada, pode ser entendido como um sinal de compromisso à estabilização de certas configurações cooperativas já existentes, ou seja, de fortalecer o papel da cooperação internacional, na qual era o objetivo também das instituições criadas em Bretton Woods.

A adoção destes comportamentos relativos à governança e estabilidade sistêmica são fatores que conferem à China uma legitimidade cada vez maior de suas ações, mas também não se pode deixar de lado que como um país ainda considerado em desenvolvimento, a República da China ainda tem um longo caminho a percorrer, como diminuir suas igualdades internas e se afirmar ainda mais no âmbito externo. Também não é possível prever se tal posicionamento é necessariamente comprometido com alguns valores sistêmicos atuais, como a Democracia e liberdade, visto que o país é alvo de diversas críticas quanto sua situação interna.

Referências

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Annual report**. 2016a. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/news-events/media-center/working-papers/index.html>. Acesso em: 08 out. 2017.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Operational Policy On Financing**. 2016b. Disponível em: https://www.aiib.org/en/policies-strategies/_download/operation-policy/operational-policy-on-financing-July-3-2019.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **AIIB's Board of Directors Approves \$509 M Financing for its First 4 Projects**: Power, Transport and Urban: Investments span South, Southeast and Central Asia. Frankfurt, Alemanha. 2016c. Disponível em: https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/20160624_001.html. Acesso em: 02 nov. 2018.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Signing and Ratification Status of the AOA of the AIIB**. 2018a. Disponível em: https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/.content/index/_download/signing-and-ratification-status-of-the-aoa-of-the-aiib.pdf. Acesso em 02 nov. 2018.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Who We Are**. 2018b. Disponível em www.aiib.org/en/about-aiib/ Acesso em 02 nov. 2018.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, junho, 2008. [Curso de desenvolvimento econômico]. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Our History**. 2017a. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/about/history>. Acesso em 08 out.2017.

BANCO MUNDIAL. **GDP Growth (annual %)**. 2017b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN-1W> Acesso em: 20 nov. 2017.

BANCO MUNDIAL. BRIEF. **FAQs: Global Poverty Line Update**. Set. 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/global-poverty-line-faq>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

ESTADO DE MINAS. 2017. **Brasil corta sua participação em banco chinês de desenvolvimento**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/05/12/interna_internacional,868567/brasil-corta-sua-participacao-em-banco-chines-de-desenvolvimento.shtml. Acesso em: 04 nov. 2017.

EUROPEAN POLITICAL STRATEGY CENTRE. **The Asian Infrastructure Investment Bank: A New Multilateral Financial Institution or a Vehicle for China's Geostategic Goals**. 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/epsc/publications/strategic-notes/asian-infrastructure-investment-bank_en. Acesso em: 30 out. 2017.

DYER, Geoff; PARKER, George. US attacks UK's "constant accommodation" with China. **Financial Times**. Londres, mar. 2015. Disponível em: <https://www.ft.com/content/31c4880a-c8d2-11e4-bc64-00144feab7de?mhq5j=e6>. Acesso em: 12 out. 2017.

FITCH. **Fitch Assigns Asian Infrastructure Investment Bank 'AAA'**; Outlook Stable. jul, 2017. Disponível em: <https://www.fitchratings.com/site/pr/1026413>. Acesso em 02 nov. 2018.

GOODMAN, Peter S. **The Persistently Poor: An Internal Report Criticizes World Bank's Efforts on Poverty**. Washington Post. Washington, dez. 2006. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/209-bwi-wto/42790.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KEOHANE, Robert O. **AFTER HEGEMONY: Cooperation and Discord in the World Political**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Boston: Longman. 4ª ed., 2012.

KONKEL, Rob. **The monetization of global poverty**: the concept of poverty in World Bank history, 1944–90. *Journal of Global History*. vol. 9, issue 02, pp. 276-300. 2014

LICHTENSZTEJN Samuel; BAER, Monica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. Brasiliense. 239. São Paulo. 1987.

MEIER, Gerald M. The Old Generation of Development Economists and the New. *In*: MEIER, Gerald M; STIGLITZ, Joseph. **Frontiers of development economics**: the future in perspective. Banco Mundial. Washington, 2001. Disponível em: http://www.davidmlast.org/POE320-2012/4_files/meier,%20frontiers%20of%20development%20economics,%202001.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

MILNER, Helen V. **Interests, institutions, and information**: domestic politics and International Relations. United Kingdom: Princeton University Press, 1997.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Our History**. 2017. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-us/essence/history/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Is It ODA?**. Factsheet, 2008. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/stats/34086975.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROSENAU, James N. Governance, Order, and Change in World Politics. *In*: ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds.). **Governance without government**: order and change in world politics. Cambridge University Press, cap. 1. P. 1-29. 1992.

STIGLITZ, Joseph. Entrevista: Joseph Stiglitz. [Entrevista concedida a Lucy Komisar]. **The Progressive**, jun. 2011. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/social-and-economic-policy/the-three-sisters-and-other-institutions/internal-critics-of-the-world-bank-and-the-imf/50588-interview-with-joseph-stiglitz.html?itemid=id#942>. Acesso em: 01 nov. 2017.

STIGLITZ, Joseph. Corrupting the Fight Against Corruption. **Project Syndicate**. 2006. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/209-bwi-wto/42789.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

THE GUARDIAN. **China and EU strengthen promise to Paris deal with US poised to step away**. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/31/china-eu-climate-lead-paris-agreement>. Acesso em 29 de set. de 2018.

WALTZ, Kenneth Neal. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002

YIFU LIN, Justin; WANG, Yan. **“Going Beyond Aid: Development Cooperation for Structural Transformation”**. Cambridge University Press. 232, abr. 2017.

Recebido em: 06/05/2019
Aprovado em: 05/07/2019